



RELATÓRIO DAS MORTES EM DECORRÊNCIA DE INTERVENÇÃO POLICIAL



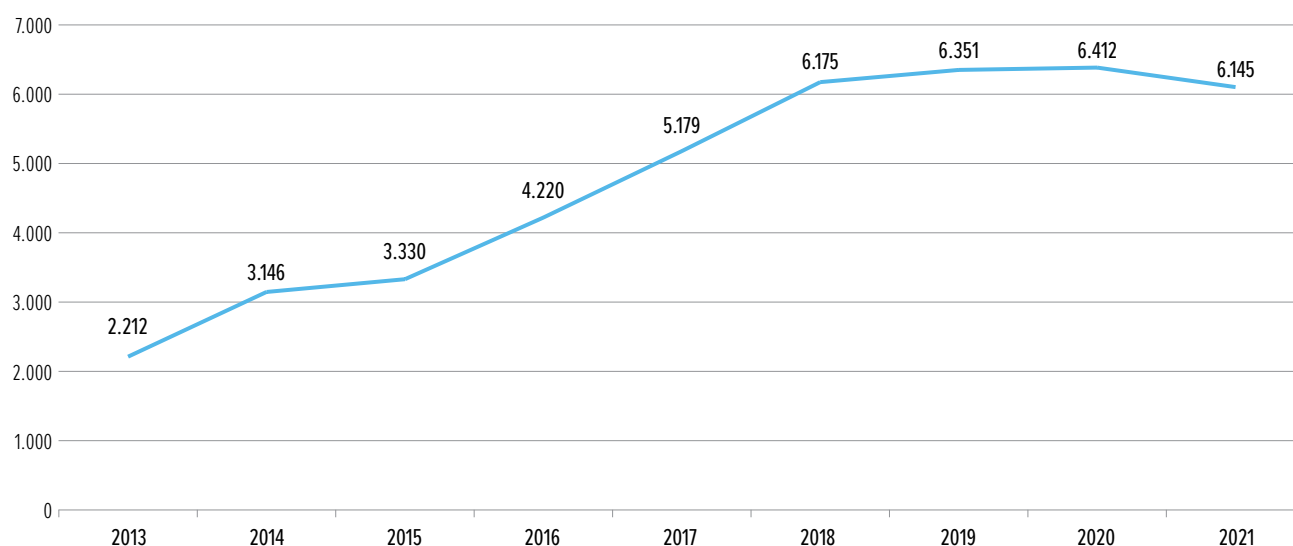
SUMÁRIO

INTRODUÇÃO – A IMPORTÂNCIA DE ACOMPANHAMENTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DAS MORTES EM DECORRÊNCIA DE INTERVENÇÃO POLICIAL	3
ATUAÇÃO DO NECRIM	6
METODOLOGIA	7
MORTES EM DECORRÊNCIA DE INTERVENÇÃO POLICIAL EM SANTA CATARINA – 2018-2022	9
A IMPLANTAÇÃO DAS “BODYCAM” PELA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA	12
DISTRIBUIÇÃO DAS MDIP PELO ESTADO	12
PROPORÇÃO ENTRE MDIP E HOMICÍDIOS	14
VITIMIZAÇÃO POLICIAL	20
PERFIL RACIAL DAS MDIP	20
ÁREAS DE ATENÇÃO	22
BIBLIOGRAFIA	28

INTRODUÇÃO – A IMPORTÂNCIA DE ACOMPANHAMENTO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO DAS MORTES EM DECORRÊNCIA DE INTERVENÇÃO POLICIAL

O Brasil ostenta elevadas taxas de homicídio há várias décadas. Essa violência é concentrada espacialmente no mundo. O Brasil tem 5% da população mundial, mas, junto com a Nigéria, responde por 28% dos homicídios registrados¹. Nesse contexto, a violência policial encontra-se igualmente em patamar elevado. A situação tem se agravado nos últimos anos. Dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública mostram a evolução das mortes em decorrência de intervenção policial (MDIP) ao longo dos últimos anos.

Mortes decorrentes de intervenções policiais no Brasil
2013 a 2021



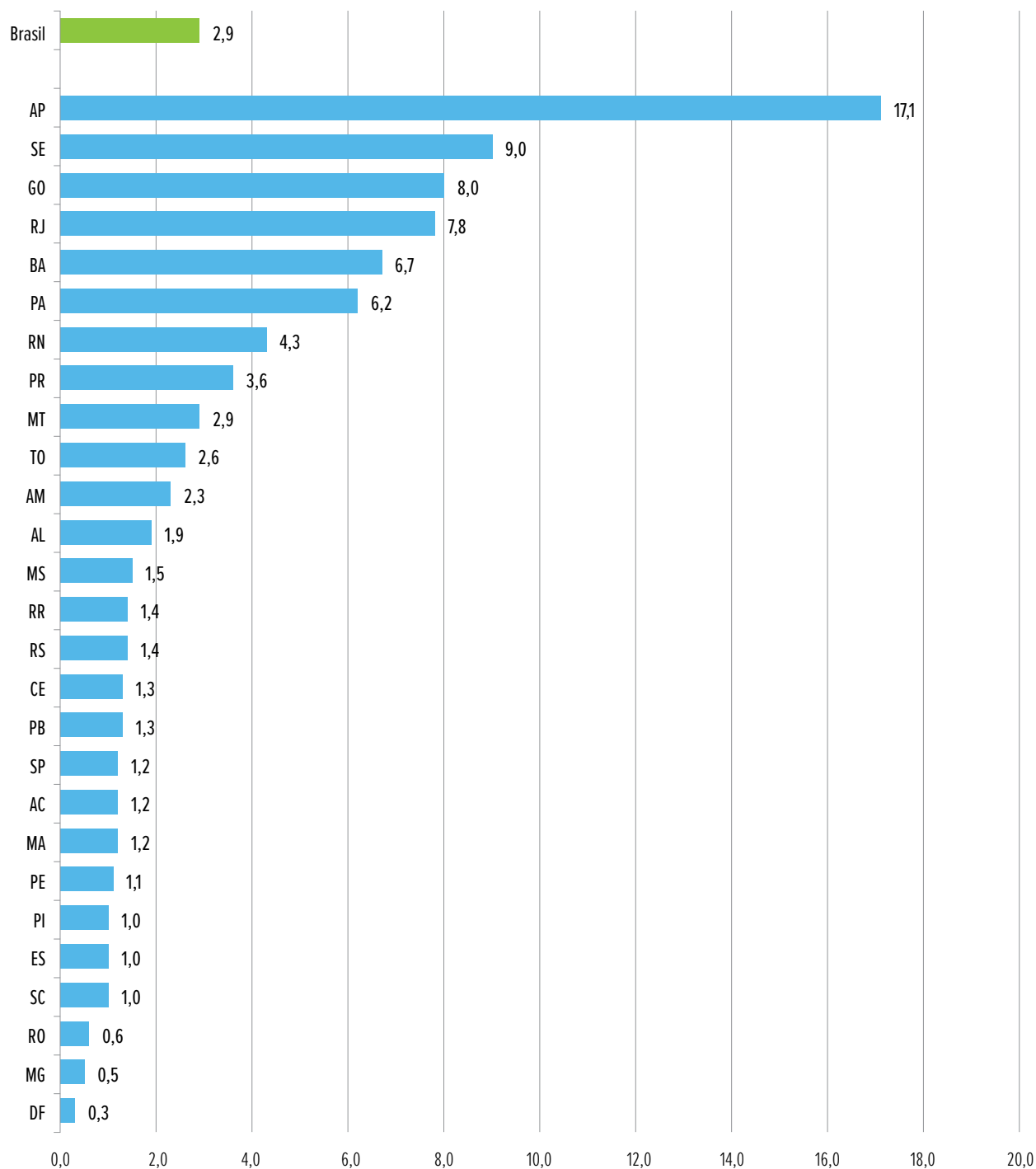
Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública - 2022 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Em relação aos demais estados brasileiros, Santa Catarina possui a quarta menor taxa, com 1,0 MDIP por 100 mil habitantes.

¹ UNITED NATIONS OFFICE ON CRIME AND DRUGS. Global Study on Homicide. Blocket II. Homicide: extent, patterns, trends and criminal justice response. p.22. Disponível em: <<https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/global-study-on-homicide.html>>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2023.

Taxa de mortalidade por intervenções policiais civis e militares, por UF Brasil, 2021



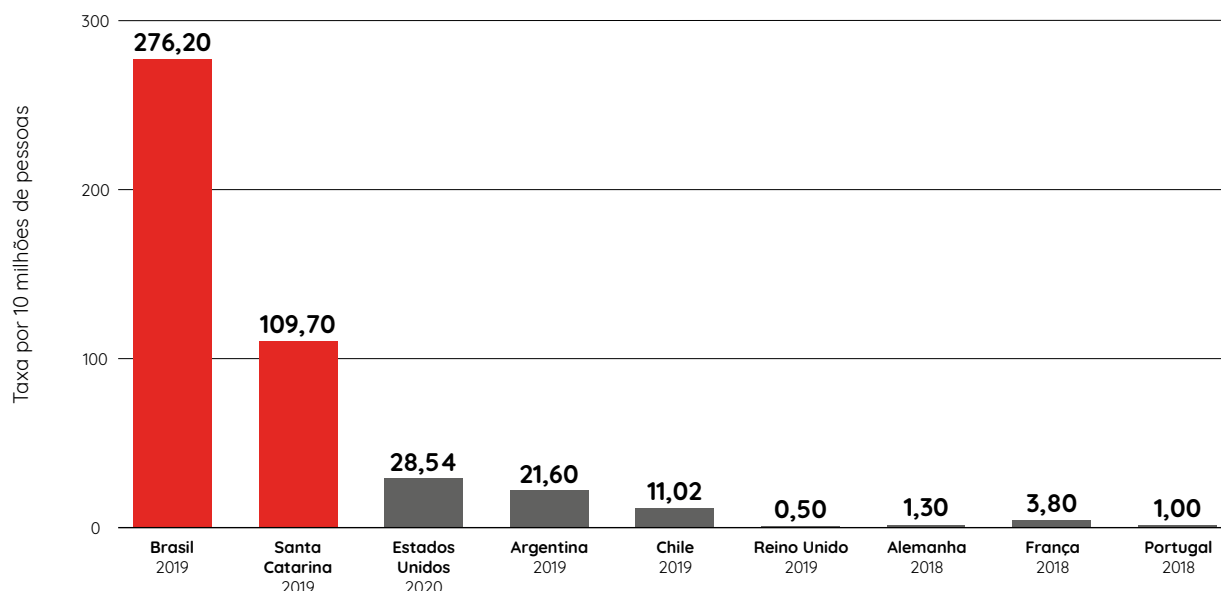
Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública - 2022 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Já na comparação com países selecionados, percebe-se grande discrepância na taxa de MDIP.

2

MDIP - Países



Diversas mortes após abusivas intervenções policiais nos EUA, tais como as de George Floyd, vêm também colocando em destaque o viés racial da atuação policial.

Em nosso país, os relatórios "Pele Alvo: A cor que a polícia apaga", da Rede de Observatório de Segurança, têm chamado a atenção para o desequilíbrio entre a composição racial da população e das pessoas mortas em decorrência de intervenção policial. Parte da inspiração desse projeto deve-se ao trabalho que vem sendo feito com a divulgação dos recortes raciais nos estados que fazem parte do projeto, inclusive com a cessão de dados, pelo que se agradece.

No Brasil, episódios como a chacina da Favela Nova Brasília, atingiram repercussão mundial. Em decorrência das 26 mortes ocorridas em 18/10/1994 e 8/5/1995, o estado brasileiro foi condenado no âmbito da Corte Interamericana de Direitos Humanos a tomar providências para a devida e independente investigação das MDIPs e acompanhamento dos casos visando à redução dos casos em que se faz o uso de força extrema.

Entre as medidas específicas determinadas pela Corte IDH estão a publicação de dados sobre as mortes provocadas por intervenção policial. O presente relatório

2 Fonte: https://en.wikipedia.org/wiki/List_of_countries_with_annual_rates_and_counts_for_killings_byLaw_enforcement_officers
<https://www.uchile.cl/noticias/184022/uso-de-fuerza-letal-de-policias-informe-devela-falta-de-transparencia#:~:text=El%20Informe%20da%20cuenta%20de,de%20civiles%20muertos%20cada%20una.>

tem por objetivo contribuir com o cumprimento da determinação e aperfeiçoar o olhar do Ministério Público de Santa Catarina na questão, permitindo entender a dinâmica e a distribuição espacial das MDIP.

Em Santa Catarina, a investigação das MDIPs é feita pela Polícia Civil, por meio de inquérito policial para cada fato. Posteriormente, o feito é remetido ao promotor de justiça com atribuição para crimes dolosos contra a vida, para avaliação da conduta.

Por sua vez, o controle externo da atividade policial é função institucional do Ministério Público, nos termos do art. 129, inciso VII, da Constituição da República de 1988, e art. 90, inciso XVII, da Lei Complementar n. 738/2019. Esta atribuição tem o objetivo de manter a regularidade e a adequação dos procedimentos empregados na execução da atividade policial judiciária, bem como a integração das funções do Ministério Público e das polícias voltadas para a persecução penal e o interesse público.

Para fins de efetividade desse controle externo, o presente estudo demonstra que a sistematização dos dados é indispensável para pensar e articular uma fiscalização resolutiva, detectando eventual falha a tempo de averiguar as causas e melhorar os índices de letalidade policial.

Do mesmo modo, o recorte racial tem a intenção de trazer à tona a preocupação institucional com a violência relacionada à raça, de modo a conhecer sua ocorrência para buscar mecanismos de prevenção e enfrentamento.

ATUAÇÃO DO NECRIM

O Núcleo de Enfrentamento aos Crimes de Racismo e de Intolerância (NECRIM), criado pelo Ato 485/2020/PGJ, iniciou suas atividades em 3 de fevereiro de 2021. O grupo é composto por 5 integrantes, sendo um Procurador de Justiça, seu Coordenador e mais quatro Promotores de Justiça, todos sem prejuízo das suas atribuições originárias.

O Núcleo não tem atividade de execução. Ele foi criado com a proposta de prestar suporte jurídico especializado às Promotorias de Justiça. Para auxiliar neste mister, o Núcleo realizou o presente estudo, de modo a entregar as informações sistematizadas para conhecimento e planejamento das Promotorias de Justiça do Controle Externo e Promotoria de Justiça especializada.

METODOLOGIA

Para a construção deste relatório de acompanhamento, foi feita pesquisa sistemática junto aos registros de boletins de ocorrência da Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina, utilizando os filtros de "pessoa morta por policial militar em serviço", "pessoa morta por policial militar fora de serviço", "pessoa morta por policial civil em serviço", "pessoa morta por policial civil fora de serviço", "pessoa morta em confronto por agente público em serviço", "pessoa morta em confronto por agente público fora de serviço" e suas variantes. Desse banco de dados foram extraídas informações sobre a data e o local do fato e o número do boletim de ocorrência.

Sobre a vítima foram coletados o nome, idade, raça/cor e gênero e, sobre o autor do fato, foram registrados dados sobre qual corporação e guarnição foi responsável pelo ato, se o policial estava ou não em serviço e se há informações sobre uso das câmeras corporais (bodycam) no momento do fato.

Por fim, a partir da leitura dos BOs também foi construída uma tipologia dos casos, a fim de poder se agrupar ocorrências semelhantes.

Nos casos em que teve participação de duas forças distintas, a exemplo PC e PM no evento, no BO identificou-se o agente que efetuou os disparos, a fim de melhor identificar a corporação responsável em cada fato.

Para obtenção da informação "raça/cor", primordialmente foram obtidas as informações do SISP; para os casos em que esse campo não estava preenchido no SISP, foi verificado se a vítima tinha registro no IPEN; em caso positivo e caso lá constasse a informação, o campo era preenchido. Para os demais casos foi indicado que a "raça" não foi informada. As categorias incluídas foram "branca", "parda", "preta", "indígena", "amarela" e "não informado".

Informações acerca do tipo de guarnição da PM e da PC foram extraídas dos Boletins de Ocorrência e/ou dos processos judiciais; em alguns poucos casos a guarnição não estava identificada em nenhum local e não há um meio aberto de coleta de informações que possa identificar a lotação dos policiais militares.

Embora no BO haja um campo para indicar que a ocorrência foi fotografada, não há indicação se foi gravada pelas câmeras policiais (as fotografias ficam vinculadas ao BO no SISP, mas os arquivos audiovisuais não). Assim, se não houve a informação escrita no BO ou então nos depoimentos dos PMs que a ocorrência foi gravada, não foi possível extrair essa informação. Todavia, ainda que haja indicação, não há obrigatoriedade de que os arquivos audiovisuais sejam juntados

ao processo, motivo pelo qual quase a totalidade deles não conta com os arquivos disponíveis. Além disso, os arquivos são armazenados pela PM pelo período de um ano (Ato da Polícia Militar nº 436/2021).

Desde 5/11/2021 o não acionamento das câmeras tem sido objeto de maior rigor pela Corregedoria da Polícia Militar (Nota nº 2168/Correg-G/PMSC/2021: Ações correcionais decorrentes do descumprimento do POP nº 201.1.8), pode ser apurado a infração disciplinar militar pelo seu não acionamento, e até mesmo como crime militar prevaricação (319 do CPM), inobservância de lei, regulamento ou instrução (324 do CPM) e/ou recusa de obediência (163 do CPM).

Em que pese isso, a informação sobre o acionamento correto das “bodycam” é importante para fins de controle externo e será dada continuidade à busca por informações fidedignas sobre esse aspecto.

As categorias de tipologias foram criadas após a leitura dos BOs, visando agrupar os casos pela semelhança entre a ocorrência ou entre o fato que motivou a abordagem inicial. A fim de melhor compreender o fenômeno das mortes não foi fechado o número de tipologias. Dentre as encontradas se destacam as seguintes:

- **TRÁFICO** – abordagens que mencionam expressamente o tráfico de drogas como motivação para o patrulhamento na área ou para a abordagem inicial;
- **ROUBO** – ocorrências após a notícia do crime de roubo, incluindo latrocínio;
- **FACÇÃO** – BOs que citam confronto com facções;
- **VIOLÊNCIA DOMÉSTICA** – acionamento da guarnição após notícia de violência contra a mulher;
- **CUMPRIMENTO DE MANDADO** – seja mandado de prisão ou busca e apreensão;
- **FURTO/RECEPTAÇÃO** – fato ocorrido após o cometimento de furto ou em atuação para recuperação de objetos furtados;
- **ARMA DE FOGO** – atuações com base em notícia de arma de fogo;
- **HOMICÍDIO** – atuações após ocorrências de homicídio;
- **SEQUESTRO** – ocorrências envolvendo sequestro e cárcere privado;
- **TRÂNSITO** – mortes ocorridas após abordagem de trânsito;
- **BRIGA/PERTURBAÇÃO** – atendimento de briga ou perturbação do sossego alheio;
- **BRIGA FAMILIAR** – chamado por briga em família;
- **ABORDAGEM** – BOs que relatam uma abordagem, mas sem trazer um contexto que permita encaixar em outra tipologia.

O período abrangido vai de 2018 até 2022. Comparando-se com os dados divulgados pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública, percebe-se pequena discrepância entre os quantitativos, com número iguais em 2020 e 2022 e pouco maiores nos demais anos.

O presente relatório abrange parte das informações que estão sendo coletadas. Não inclui, por ora, a guarnição responsável pelo ato nem se houve efetivo uso das “bodycam”.

MORTES EM DECORRÊNCIA DE INTERVENÇÃO POLICIAL EM SANTA CATARINA – 2018-2022

Nesta seção serão apresentados os dados relativos às mortes por intervenção policial (MDIP) para o período 2018-2022. A divisão das mortes por corporação responsável e se o fato ocorreu durante o serviço ou fora dele é útil porque os policiais têm o dever de agir mesmo de folga para evitar a ocorrência de delito, conforme o art. 301 do Código de Processo Penal (desde que presente a possibilidade concreta de agir). Por terem a atribuição de policiamento ostensivo, a imensa maioria das mortes (mais de 90%) ocorre com policiais militares em serviço.

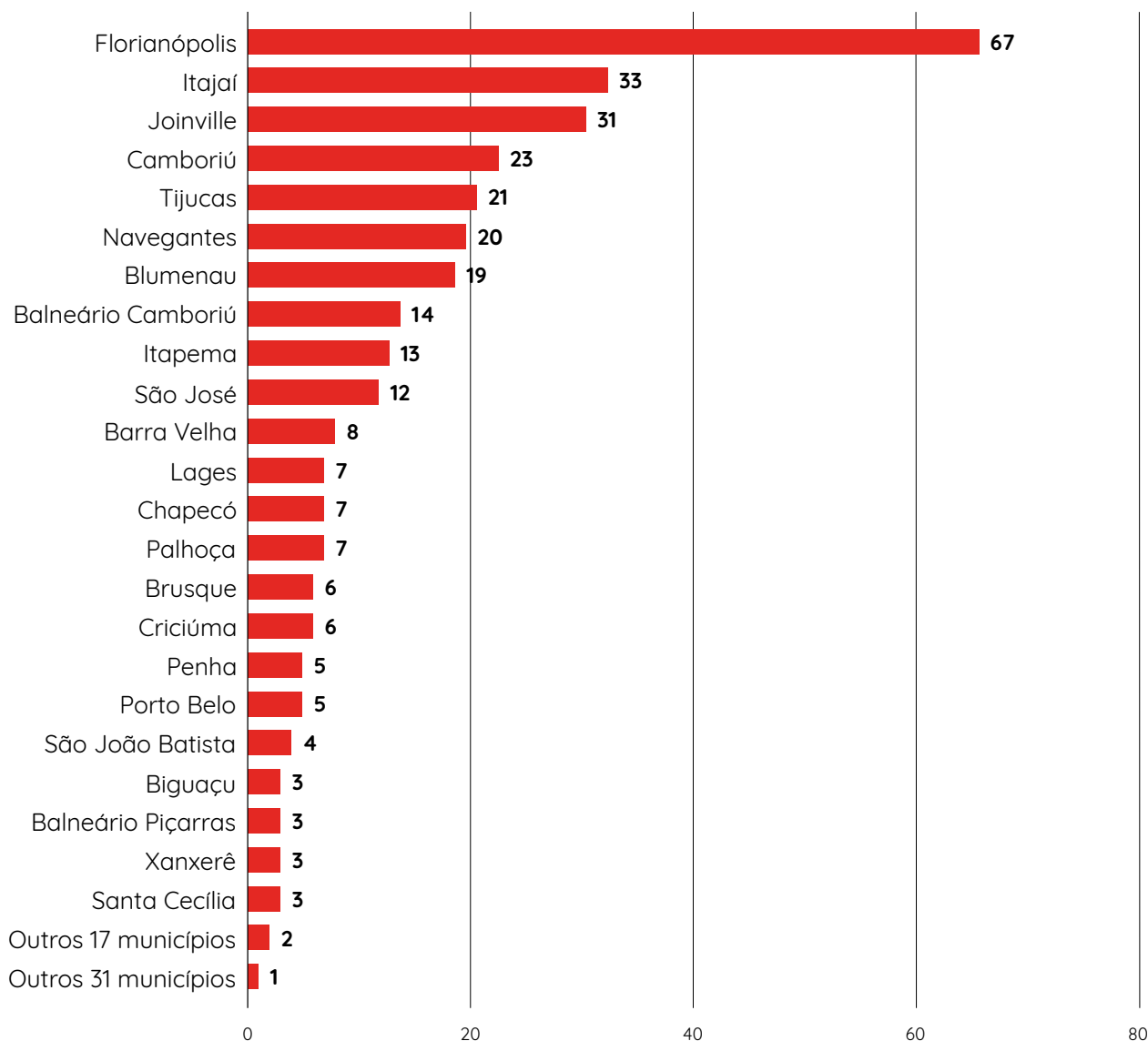
Ano	MDIP - PC em serviço	MDIP - PC fora de serviço	MDIP - PM em serviço	MDIP - PM fora de serviço	GM	PP	PRF	Vigilantes presídio	MDIP
2018	0	3	94	5	0	0	0	0	102
2019	3	0	71	5	0	0	0	0	79
2020	0	0	83	2	0	0	1	0	86
2021	0	1	69	2	0	0	1	0	73
2022	2	0	36	4	1	1	0	1	45

PC	Polícia Civil
PM	Polícia Militar
GM	Guarda Municipal
PP	Polícia Penal
PRF	Polícia Rodoviária Federal

Fonte: Elaboração própria.

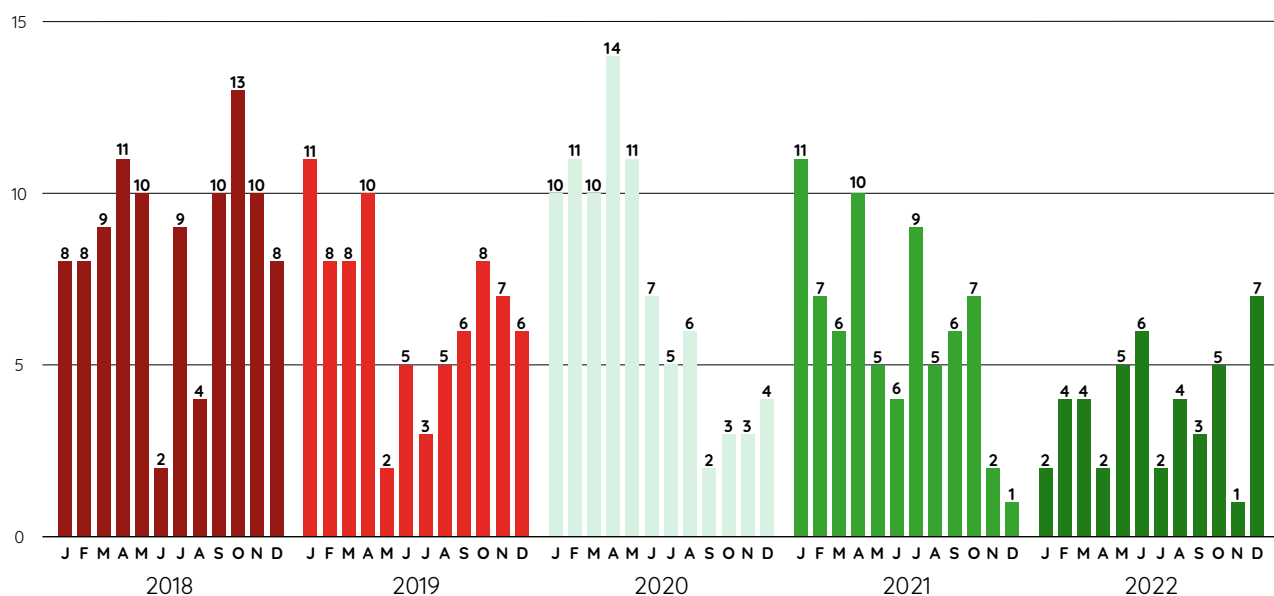
Estes foram os municípios com MDIP registrada no período:

Municípios com MDIP - 2018/2022



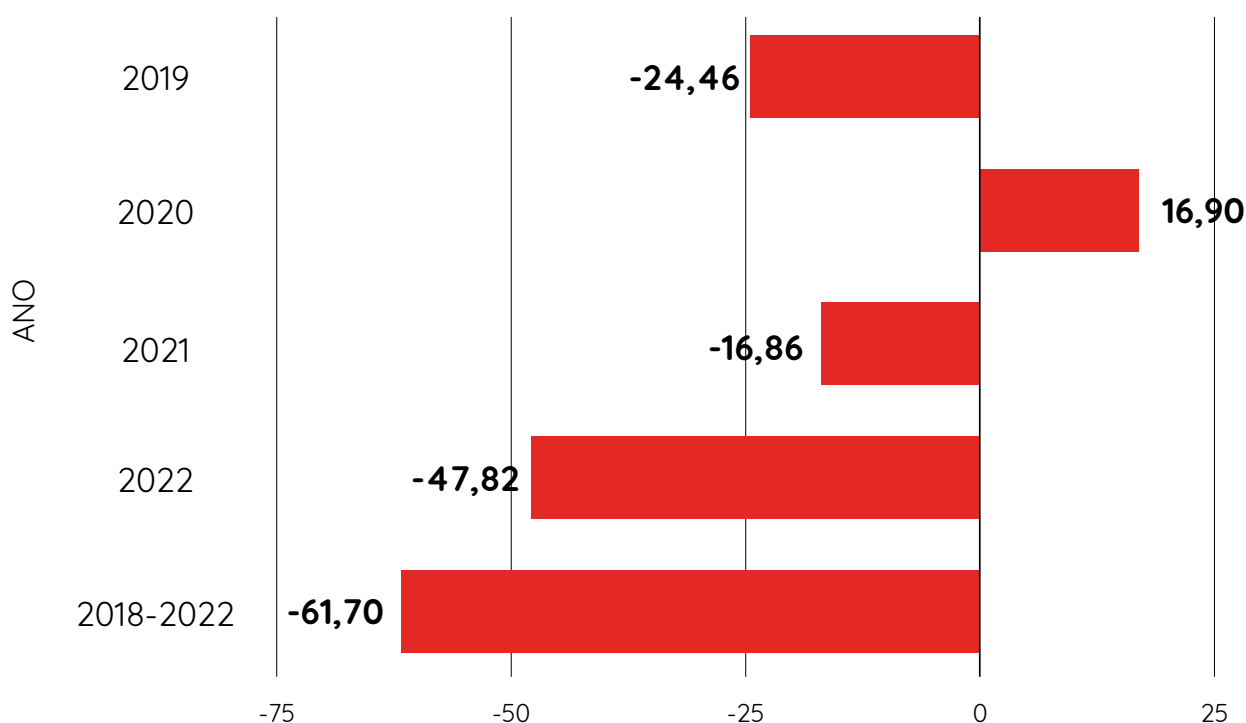
No período de 2018 a 2022, a redução nas mortes por intervenção policial em Santa Catarina foi de 55.88%. É possível perceber que, apesar da redução, há grande variação mensal no número de ocorrências:

Variação Mensal das MDIP - 2018-2022



A redução mais significativa foi nas MDIP envolvendo policiais militares em serviço, conforme aponta o gráfico abaixo, pelo qual se constata que a redução aqui alcançou o patamar de 61%.

MDIP por PMs em serviço



A IMPLANTAÇÃO DAS “BODYCAM” PELA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA

Santa Catarina foi o primeiro estado da Federação a implantar as câmeras corporais em toda a tropa da Polícia Militar em julho de 2019. Também conhecidas como “bodycam”, elas têm como principal função melhorar a transparência e o controle do uso da força, tanto pela própria corporação quanto pelo controle externo da atividade policial a ser exercido pelo Ministério Público.

Além disso, elas também servem para proteger os policiais de falsas acusações de má conduta, qualificar a prova e conter a reação das pessoas na interação com os policiais, ao saberem que estão sendo filmadas.

Implantadas ao longo dos meses de julho a setembro de 2019, a aquisição dos equipamentos foi realizada com verbas de transação penal propostas pelo Ministério Público e geridas pelo Tribunal de Justiça a um custo inicial de R\$ 3.000.000,00.³

Não é o objetivo aqui fazer uma análise estatística mais profunda, até porque correlação não é causalidade. Todavia, ao mesmo tempo em que houve forte redução da criminalidade no período retratado pelo relatório (o que certamente contribuiu para a diminuição das ocorrências em que se fez uso da força letal), nos parece que a implantação das câmeras corporais também contribuiu na redução de 61% das MDIP no período de 2018-2022.

DISTRIBUIÇÃO DAS MDIP PELO ESTADO

Para poder analisar em maior profundidade os casos em que foi usada força letal, a pesquisa agrupou os dados por municípios seguindo-se a divisão territorial de Santa Catarina utilizada pelo IBGE desde 2017⁴.

³ <https://www.pm.sc.gov.br/noticias/policia-militar-lanca-cameras-policiais-individuais>.

⁴ As regiões geográficas imediatas são agrupamentos de municípios que têm como principal referência a rede urbana e possuem um centro urbano local como base, mediante a análise do IBGE. Para sua elaboração foi levada em consideração a conexão de cidades próximas através de relações de dependência e deslocamento da população em busca de bens, prestação de serviços e trabalho. As regiões intermediárias, por sua vez, são agrupamentos de regiões imediatas que são articuladas através da influência de uma metrópole, capital regional ou centro urbano representativo dentro do conjunto. A divisão de 2017 teve o objetivo de abranger as transformações relativas à rede urbana e sua hierarquia ocorridas desde as divisões precedentes, devendo ser usada para ações de planejamento e gestão de políticas públicas e para a divulgação de estatísticas e estudos do IBGE. Fonte:

https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_regi%C3%B5es_geogr%C3%A1ficas_intermedi%C3%A1rias_e_imediatas_de_Santa_Catarina

Mortes em Decorrência de Intervenção Policial - Divisão IBGE					
Ano	2018	2019	2020	2021	2022
Região Intermediária de Florianópolis	31	17	16	19	15
Florianópolis	31	17	16	19	15
Região Intermediária de Criciúma	3	4	1	4	0
Criciúma	3	2	1	2	0
Tubarão	0	1	0	0	0
Araranguá	0	1	0	2	0
Região Intermediária de Lages	1	3	7	3	1
Lages	1	2	4	3	1
Curitibanos	0	1	3	0	0
Região Intermediária de Chapecó	4	5	6	8	6
Chapecó	3	0	2	3	4
Joaçaba - Herval D'Oeste	0	1	2	1	0
São Miguel do Oeste	1	0	0	0	1
Concórdia	0	0	1	1	1
Xanxerê	0	3	1	2	0
Maravilha	0	0	0	0	0
São Lourenço do Oeste	0	1	0	1	0
Região Intermediária de Caçador	0	1	1	0	0
Caçador	0	0	0	0	0
Videira	0	1	1	0	0
Região Intermediária de Joinville	10	11	10	11	4
Joinville	9	9	10	10	4
Mafra	1	2	0	1	0
São Bento do Sul - Rio Negrinho	0	0	0	0	0
Região Intermediária de Blumenau	53	38	45	28	19
Blumenau	2	3	3	8	3
Itajaí	43	30	40	19	15
Brusque	6	2	2	0	1
Rio do Sul	2	3	0	1	0
Ibirama - Presidente Getúlio	0	0	0	0	0
Ituporanga	0	0	0	0	0
Total	102	79	86	73	45

Fonte: Elaboração própria. Dados retirados do SISP.

Inicialmente, a primeira constatação é a grande concentração de MDIP em apenas duas regiões geográficas imediatas: Itajaí e Florianópolis. Juntas, elas concentram 63,64% das MDIP do período (quase dois terços do total). Essa concentração deve ser comparada com a proporção de homicídios que ocorrem nessas mesmas duas regiões.

Proporção MDIPs em relação ao total						
Ano	2018	2019	2020	2021	2022	2018 - 2022
Itajaí	43	30	40	19	15	147
Florianópolis	31	17	16	19	15	98
Total	74	47	56	38	30	245
Porcentagem	72,55%	59,49%	65,12%	52,05%	66,67%	63,64%

Proporção dos homicídios em relação ao total						
Ano	2018	2019	2020	2021	2022	2018 - 2022
Itajaí	124	104	105	87	79	499
Florianópolis	184	131	130	105	98	648
Total	308	235	235	192	177	1147
Porcentagem	39,74%	33,38%	34,06%	29,91%	29,70%	33,67%

Diferença - Proporção						
Ano	2018	2019	2020	2021	2022	2018 - 2022
Porcentagem	32,81%	26,11%	31,06%	22,15%	36,97%	29,97%

A diferença é significativa. Juntas, as regiões imediatas de Itajaí e Florianópolis concentram 33,67% dos homicídios no estado, mas 63,64% das MDIP.

PROPORÇÃO ENTRE MDIP E HOMICÍDIOS

Conforme os estudos de Adriana Loche, a proporção entre as mortes decorrentes de intervenção policial e os homicídios de uma dada região é um dos parâmetros que podem ser utilizados para se aferir se há indícios de uso excessivo da força policial no cumprimento de suas funções.

Como a linha que separa a necessidade do abuso é bastante tênue, foram convencionados três parâmetros para aferir se uma polícia usa da força de forma arbitrária ou não, em especial se uma polícia tem um elevado índice de letalidade, que seria incompatível com sua função legal. São eles: a relação entre civis mortos e civis feridos em uma ação policial; a relação entre civis e policiais mortos; o percentual das mortes provocadas pela polícia em relação ao total de homicídios dolosos.

Os parâmetros acima surgem de estudos nos Estados Unidos, conduzidos por especialistas que tinham por objetivo a redução do número de tiroteios, justificados ou não, nas ações policiais. É importante esclarecer que esses parâmetros, se considerados isoladamente, não são suficientes para definir o grau de letalidade de uma polícia,

mas, se analisados em conjunto, podem oferecer inúmeras pistas para verificar se as mortes provocadas pela polícia, nos confrontos policiais, se justificam ou não.

Adotou-se 10% como o limite entre a regularidade na atuação policial e a indicação de que abusos podem estar presentes. Esse indicador, mencionado nos estudos de Adriana Loche⁵, tem origem no trabalho de Paul Chevigny, professor da Universidade de Nova York, denominado "Police deadly force as social control". Para tanto, utilizamos os dados de homicídios divulgados pela SSP/SC, separados por município, os quais foram agrupados nas mesmas regiões anteriormente descritas para as MDIP. Na sequência, relativamente a cada região intermediária e imediata, foi calculada a proporção entre as MDIP e os homicídios ali ocorridos, separados por ano.

Homicídios					
Ano	2018	2019	2020	2021	2022
Região Intermediária de Florianópolis	184	131	130	105	98
Florianópolis	184	131	130	105	98
Região Intermediária de Criciúma	79	83	75	67	58
Criciúma	32	35	24	17	17
Tubarão	26	24	14	22	18
Araranguá	21	24	37	28	23
Região Intermediária de Lages	29	38	33	41	40
Lages	23	33	27	33	32
Curitibanos	6	5	6	8	8
Região Intermediária de Chapecó	99	93	92	119	102
Chapecó	46	52	49	57	49
Joaçaba - Herval D'Oeste	12	9	9	19	18
São Miguel do Oeste	12	8	4	12	3
Concórdia	8	4	5	8	4
Xanxerê	16	13	22	19	17
Maravilha	1	2	1	2	1
São Lourenço do Oeste	4	5	2	2	10
Região Intermediária de Caçador	23	23	38	24	22
Caçador	12	13	27	15	8
Videira	11	10	11	9	14
Região Intermediária de Joinville	161	152	144	144	140
Joinville	133	135	116	116	105
Mafra	19	14	19	19	20
São Bento do Sul - Rio Negrinho	9	3	9	9	15

5 LOCHE, Adriana. A letalidade da ação policial: Parâmetros para análise. TOMO. Revista do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais/Universidade Federal de Sergipe, n.º 17, jul/dez – 2010. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/507>>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2023.

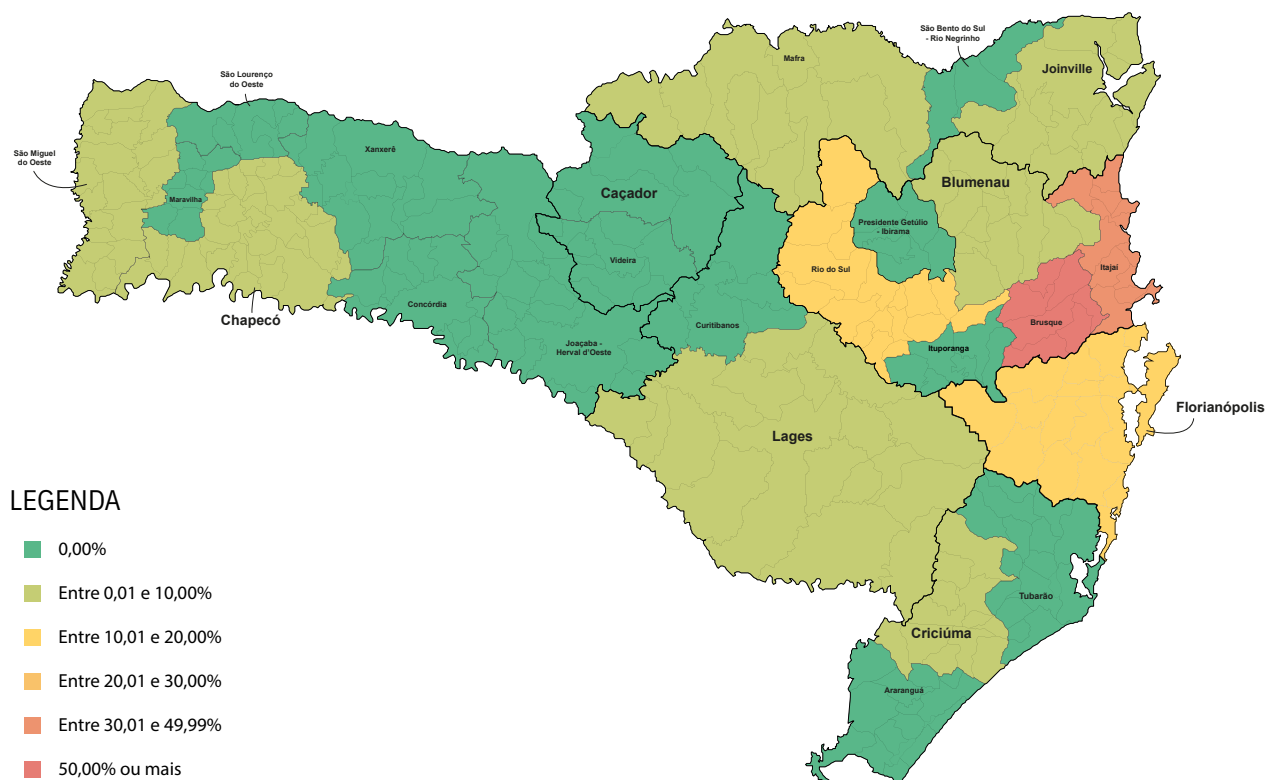
Ano	2018	2019	2020	2021	2022
Região Intermediária de Blumenau	200	184	178	142	136
Blumenau	49	49	43	26	33
Itajaí	124	104	105	87	79
Brusque	11	12	9	9	10
Rio do Sul	11	12	12	14	9
Ibirama - Presidente Getúlio	3	5	2	2	4
Ituporanga	2	2	7	4	1
Total	775	704	690	642	596

Fonte: Conselho de Segurança Pública - SSP/SC

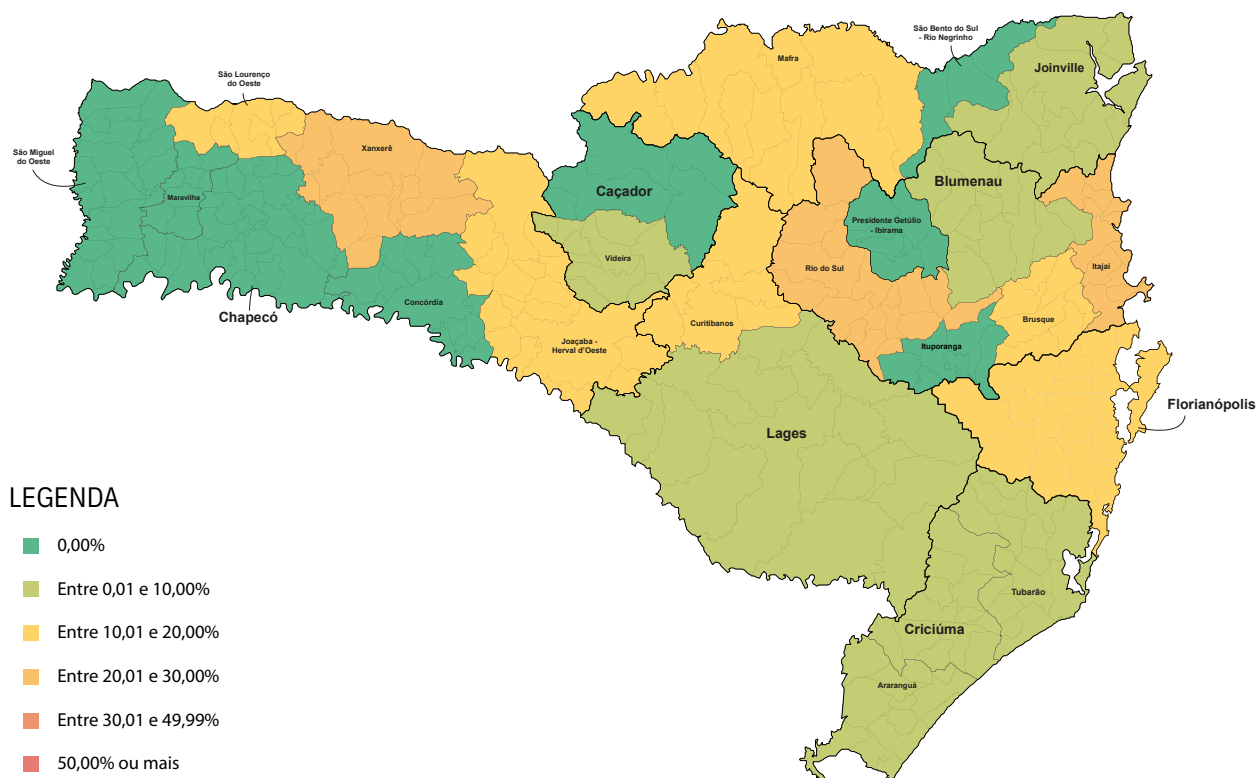
Feita a proporção para cada região, as regiões de Itajaí, Brusque e Florianópolis se destacam com as maiores proporções, o que será objeto de maior atenção em outra seção deste relatório. Algumas outras regiões também se encontram com proporção maior do que 10%, mas são regiões com baixo número de homicídios. Portanto, poucas MDIP podem fazer com que o índice suba rapidamente.

Proporção MDIP/Homicídios						
Ano	2018	2019	2020	2021	2022	Média 2018 - 2022
Região Intermediária de Florianópolis	16,85%	12,98%	12,31%	18,10%	15,31%	15,11%
Florianópolis	16,85%	12,98%	12,31%	18,10%	15,31%	15,11%
Região Intermediária de Criciúma	3,80%	4,82%	1,33%	5,97%	0,00%	3,18%
Criciúma	9,38%	5,71%	4,17%	11,76%	0,00%	6,20%
Tubarão	0,00%	4,17%	0,00%	0,00%	0,00%	0,83%
Araranguá	0,00%	4,17%	0,00%	7,14%	0,00%	2,26%
Região Intermediária de Lages	3,45%	7,89%	21,21%	7,32%	2,50%	8,47%
Lages	4,35%	6,06%	14,81%	9,09%	3,13%	7,49%
Curitibanos	0,00%	20,00%	50,00%	0,00%	0,00%	14,00%
Região Intermediária de Chapecó	4,04%	5,38%	6,52%	6,72%	5,88%	5,71%
Chapecó	6,52%	0,00%	4,08%	5,26%	8,16%	4,81%
Joaçaba - Herval D'Oeste	0,00%	11,11%	22,22%	5,26%	0,00%	7,72%
São Miguel do Oeste	8,33%	0,00%	0,00%	0,00%	33,33%	8,33%
Concórdia	0,00%	0,00%	20,00%	12,50%	25,00%	11,50%
Xanxerê	0,00%	23,08%	4,55%	10,53%	0,00%	7,63%
Maravilha	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
São Lourenço do Oeste	0,00%	20,00%	0,00%	50,00%	0,00%	14,00%
Região Intermediária de Caçador	0,00%	4,35%	2,63%	0,00%	0,00%	1,40%
Caçador	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Videira	0,00%	10,00%	9,09%	0,00%	0,00%	3,82%
Região Intermediária de Joinville	6,21%	7,24%	6,94%	7,64%	2,86%	6,18%
Joinville	6,77%	6,67%	8,62%	8,62%	3,81%	6,90%
Mafra	5,26%	14,29%	0,00%	5,26%	0,00%	4,96%
São Bento do Sul - Rio Negrinho	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Região Intermediária de Blumenau	26,50%	20,65%	25,28%	19,72%	13,97%	21,22%
Blumenau	4,08%	6,12%	6,98%	30,77%	9,09%	11,41%
Itajaí	34,68%	28,85%	38,10%	21,84%	18,99%	28,49%
Brusque	54,55%	16,67%	22,22%	0,00%	10,00%	20,69%
Rio do Sul	18,18%	25,00%	0,00%	7,14%	0,00%	10,06%
Ibirama - Presidente Getúlio	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Ituporanga	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

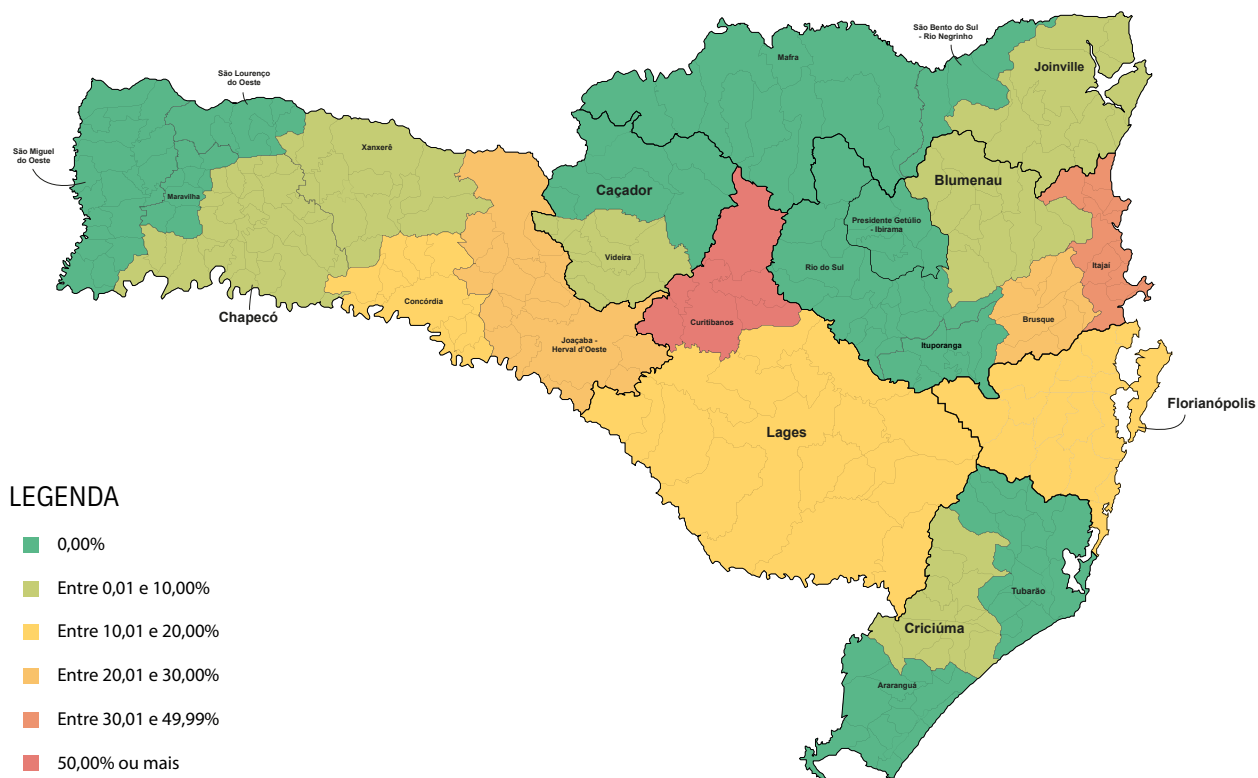
MAPA DE CALOR - PROPORÇÃO MDIP/HOMICÍDIOS - 2018



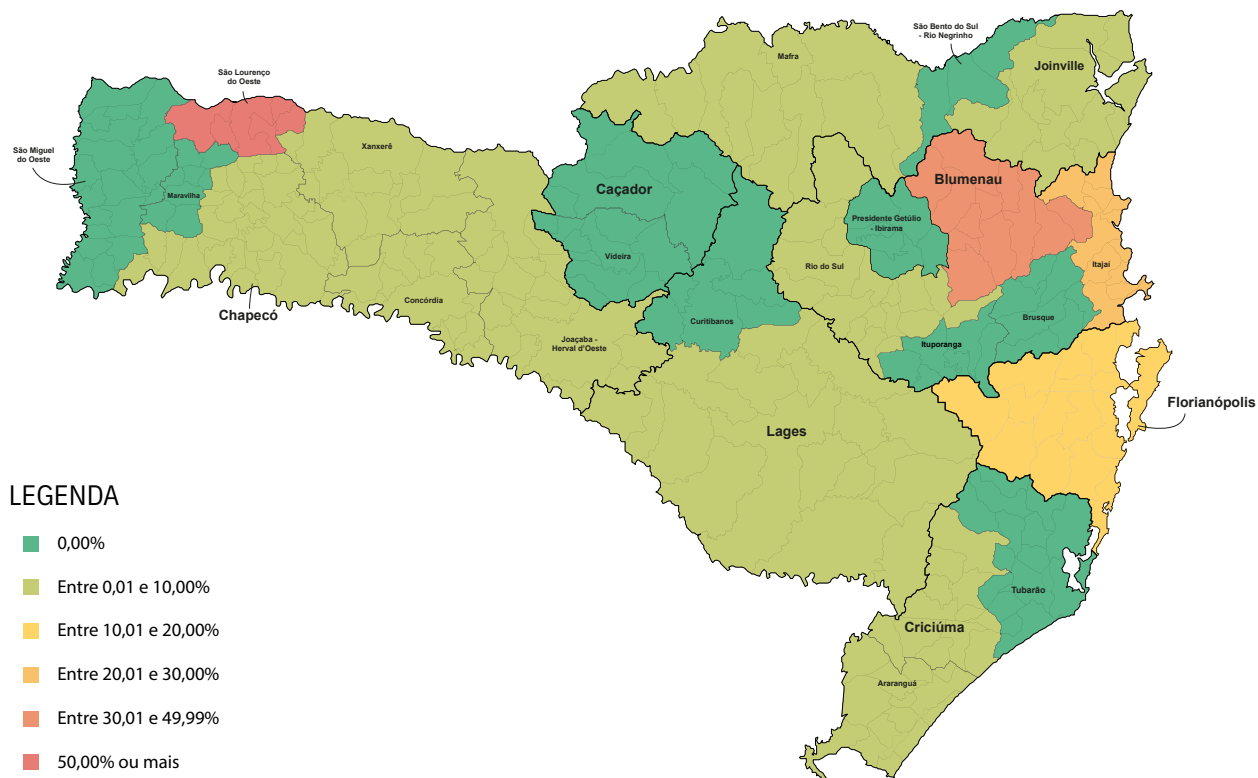
MAPA DE CALOR - PROPORÇÃO MDIP/HOMICÍDIOS - 2019



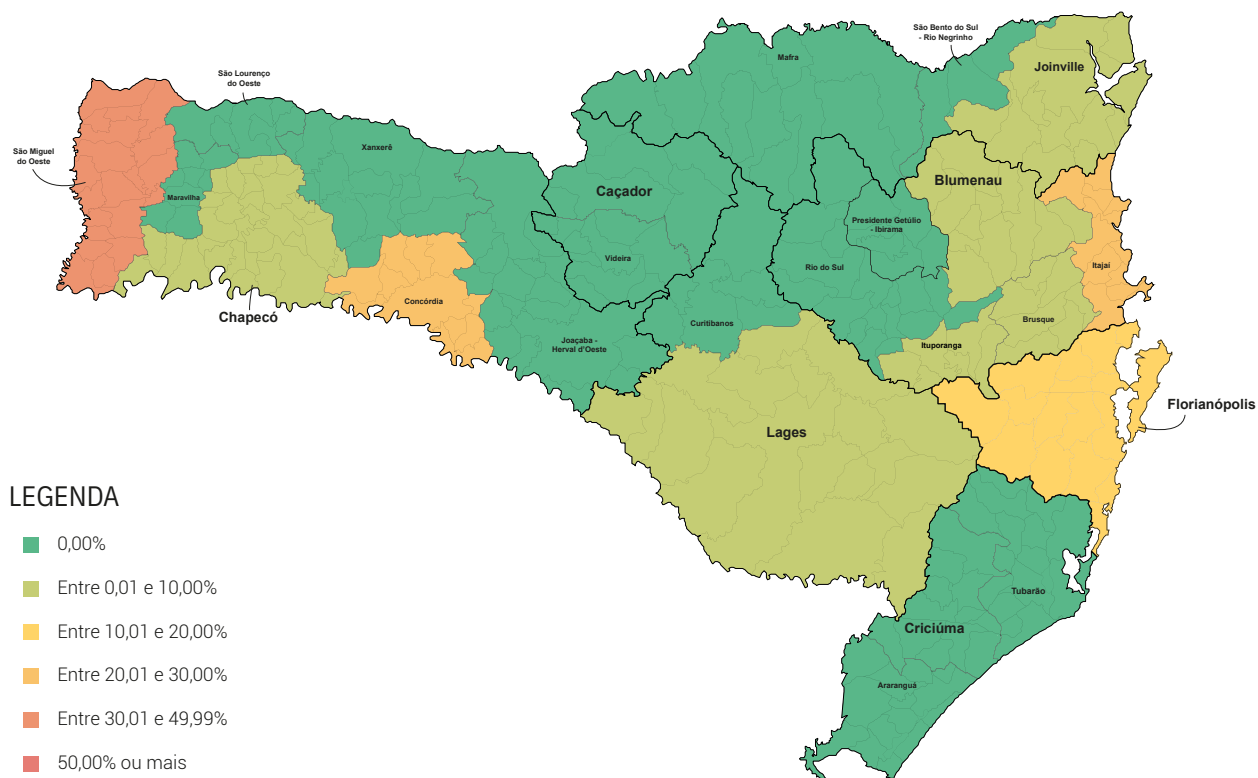
MAPA DE CALOR - PROPORÇÃO MDIP/HOMICÍDIOS - 2020



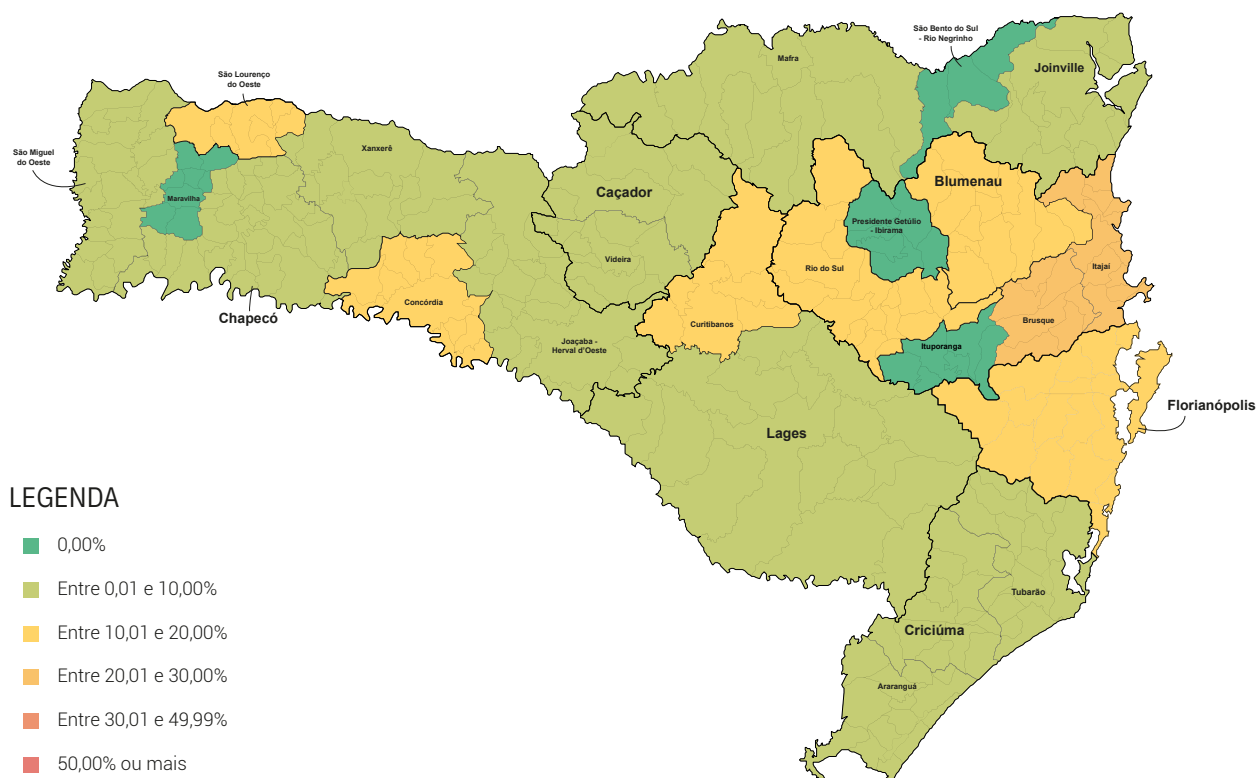
MAPA DE CALOR - PROPORÇÃO MDIP/HOMICÍDIOS - 2021



MAPA DE CALOR - PROPORÇÃO MDIP/HOMICÍDIOS - 2022



MAPA DE CALOR - PROPORÇÃO MDIP/HOMICÍDIOS - MÉDIA 2018-2022



VITIMIZAÇÃO POLICIAL

Outro fator importante de atenção é atentar para a vitimização policial nas intervenções, uma vez que o dado demonstra a atividade policial em confrontos e a criminalidade que os envolve.

Segundo a autora Adriana Loche, "Se a polícia está constantemente em ações que colocam a vida dos policiais em risco, a proporção entre civis e policiais mortos em uma ação é um dado muito importante. Muito embora haja uma dificuldade normativa em estabelecer o grau aceitável do uso da força letal pela polícia, há uma tentativa de estabelecer uma ratio, que varia muito. O FBI utiliza uma média de 12 não-policiais mortos para cada policial morto, enquanto outros estudos trabalham com uma média de 04 não-policiais mortos para cada policial" (Cano, 1997; Oliveira, 2008).

Vitimização de Policiais em Santa Catarina (Anuário FBSP)								
Ano	PC em serviço	PC fora de serviço	PM em serviço	PM fora de serviço	Total	Taxa de Vitimização	MDIP	Proporção MDIP
2009								
2010								
2011								
2012	0	1	1	2	4	0,3	71	17,75
2013	0	2	1	1	4	0,3	57	14,25
2014	0	0	0	4	4	0,3	91	22,75
2015	0	0	0	1	1	0,1	63	63,00
2016	0	0	1	1	2	0,1	61	30,50
2017	0	0	0	2	2	0,1	77	38,50
2018	0	0	0	2	2	0,1	99	49,50
2019	0	0	0	0	0	-	78	-
2020	0	0	1	0	1	0,1	86	86,00
2021	0	1	0	2	3	0,2	70	23,33
2022			3	1	4			
2023					0			
Total	0	4	7	16	27			
Porcentagem	0,00%	14,81%	25,93%	59,26%	100%			

Em serviço	7	25,93%
Fora de serviço	20	74,07%

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública - 2022 do Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Extraindo os dados dos últimos cinco anos, verifica-se que o maior número de mortes ocorreu tendo como vítimas policiais militares fora de serviço e, no ano de 2021, teve a maior incidência, fechando em 23 não policiais mortos para 1 policial morto.

PERFIL RACIAL DAS MDIP

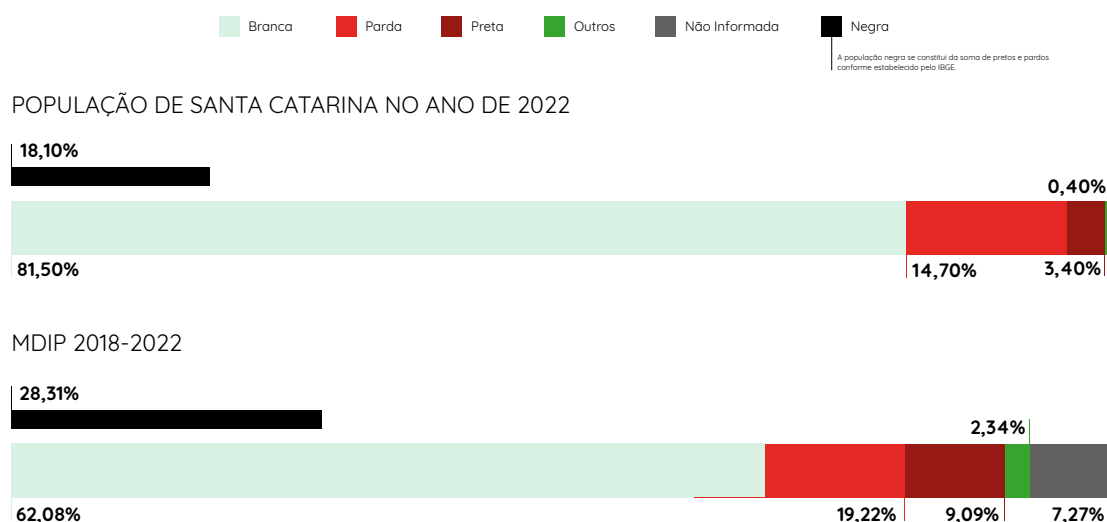
Um dos principais objetivos desse relatório era identificar o perfil racial das mortes ocorridas em intervenções policiais e comparar com a composição étnica/racial do estado.

Isso porque, segundo o anuário brasileiro de segurança pública de 2022, “Mesmo com a redução observada em todo o território nacional, a letalidade continua atingindo brancos e negros de forma discrepante. Enquanto a taxa de mortalidade entre vítimas brancas retraiu 30,9% em 2021, a taxa de vítimas negras cresceu em 5,8%.” (fl. 83)⁶.

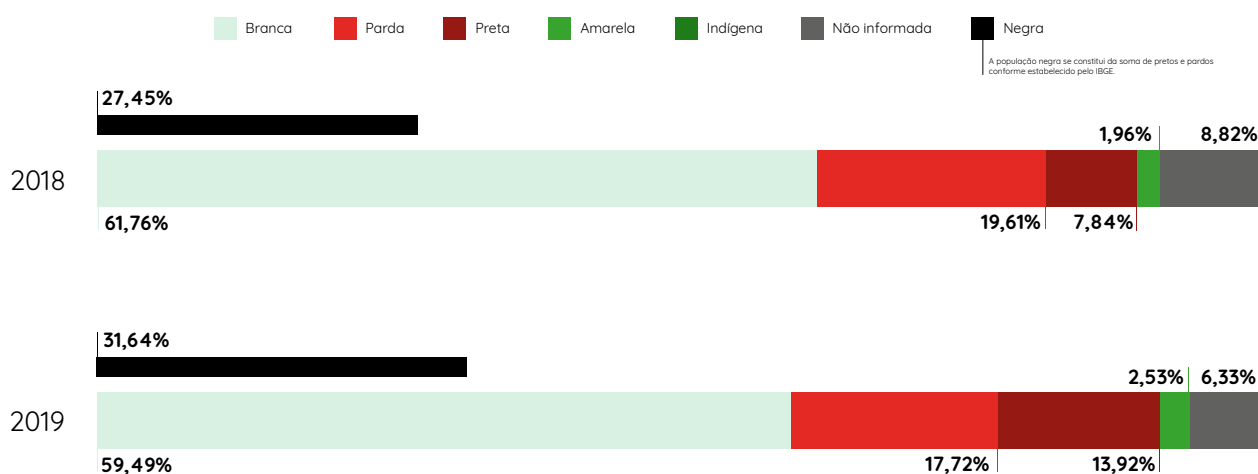
Santa Catarina é o estado com menor proporção de negros de todo o Brasil. Somados, pretos e pardos atingem 18,1% da população, de um total de 7,3 milhões de habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na segunda edição do estudo “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil”, publicado no ano de 2022.

O gráfico abaixo demonstra uma desproporção entre a composição racial do estado e o perfil das mortes provocadas pela polícia.

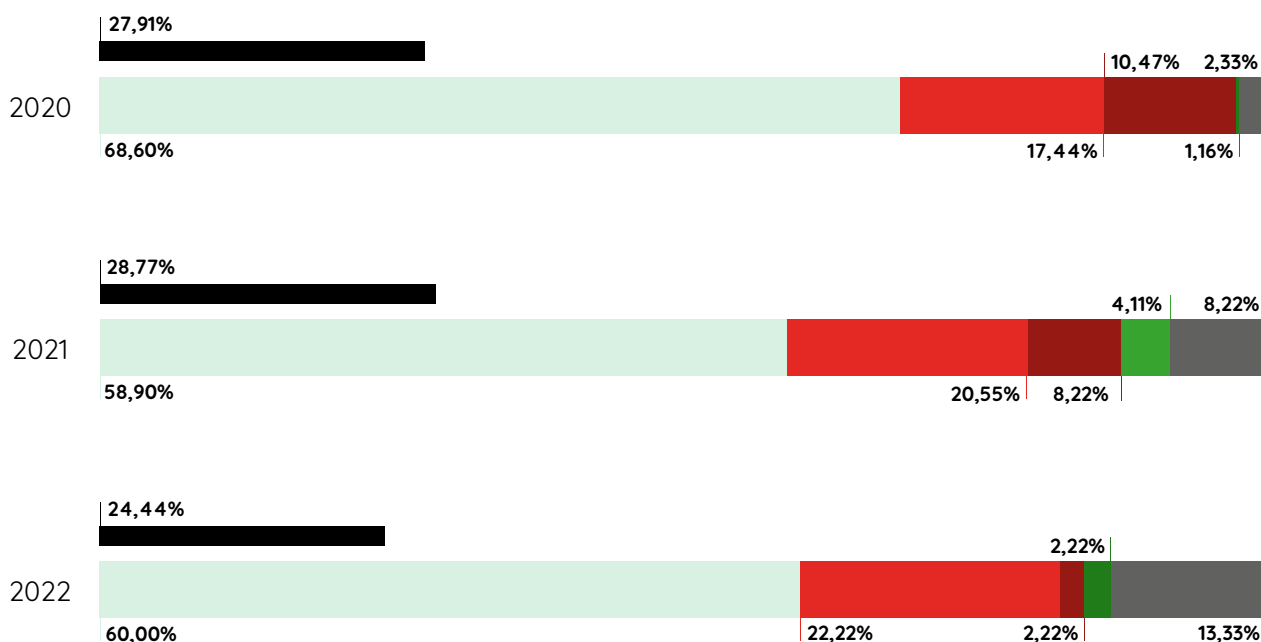
POPULAÇÃO SC E MDIP - 2022



MDIP POR RAÇA/COR - POPULAÇÃO EM SANTA CATARINA



6 <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/06/anuario-2022.pdf?v=5>



ÁREAS DE ATENÇÃO

Dentre as regiões das quais foram calculadas as proporções entre homicídios e MDIP, três se destacam e terão dados raciais específicos apresentados. Itajaí e Florianópolis chamam a atenção pela proporção que representam em relação às MDIP no estado e também pela proporção entre homicídios e MDIP. Brusque apresentou alta proporção, apesar de o número absoluto de MDIP ser pequeno. O objetivo aqui é verificar se, nas regiões com maior proporção entre homicídios e MDIP, encontramos alguma variação racial no perfil das vítimas se comparado com o perfil estadual.

ITAJAÍ

A região de Itajaí possui os maiores indicadores. Tem o maior número de mortes absolutas e a maior proporção entre homicídios e MDIP. Todavia, essa proporção tem apresentado significativa redução no período analisado. Ocorrências de tráfico e roubo predominam.

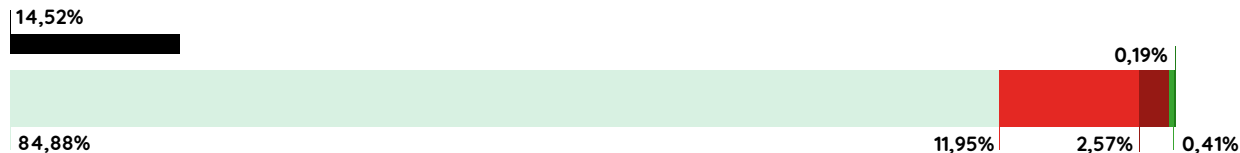
Itajaí						
Ano	2018	2019	2020	2021	2022	Total
MDIP	43	30	40	19	15	147
Homicídios	124	104	105	87	79	499
Proporção MDIP/Homicídios	34,68%	28,85%	38,10%	21,84%	18,99%	28,49%

RAÇA - POPULAÇÃO/MDIP - ITAJAÍ⁷

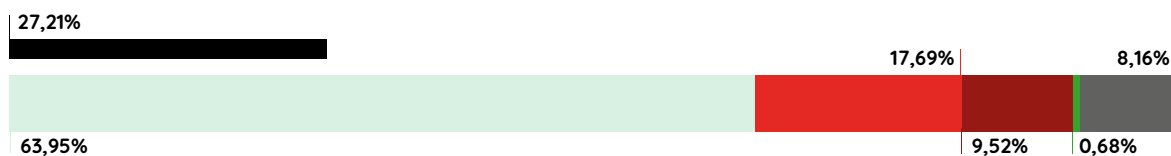
■ Branca
 ■ Parda
 ■ Preta
 ■ Amarela
 ■ Indígena
 ■ Não informada
 ■ Negra

A população negra se constitui da soma de pretos e pardos conforme estabelecido pelo IBGE.

PROPORÇÃO DE COR/RAÇA NA POPULAÇÃO DE ITAJAÍ



PORCENTAGEM DE MORTOS EM DECORRÊNCIA POR INTERVENÇÃO POLICIAL (MDIP) POR COR/RAÇA



MDIP - 2018-2022		
Tráfico	51	34,69%
Roubo	29	19,73%
Violência doméstica	3	2,04%
Busca - Foragido	13	8,84%
Abordagem	14	9,52%
Homicídios	4	2,72%
Cumprimento - Mandado	7	4,76%
Disparo de arma de fogo	1	0,68%
Facção	10	6,80%
Furto	2	1,36%
Cumprimento - Busca	2	1,36%
Latrocínio	1	0,68%
Briga	1	0,68%
Briga familiar	1	0,68%
Reação em roubo	0	0,00%
Patrulhamento	0	0,00%
Arma de fogo	4	2,72%
Fuga - Presídio	1	0,68%
Receptação	1	0,68%
Busca - Suspeito	1	0,68%
Discussão	1	0,68%
Total	147	100,00%

⁷ Dados populacionais de acordo com o Censo 2010 - IBGE.

MDIP por cidade - Regiões Geográficas Intermediárias - Divisão IBGE

Região Intermediária de Itajaí					
Ano	2018	2019	2020	2021	2022
Região Imediata de Itajaí	43	30	40	19	15
Balneário Camboriú	2	1	7	2	2
Balneário Piçarras	1	2	0	0	0
Barra Velha	0	2	2	3	1
Bombinhas	0	0	0	1	0
Camboriú	1	7	5	4	6
Itajaí	14	6	8	3	3
Itapema	4	0	5	2	2
Luiz Alves	0	0	0	0	0
Navegantes	3	6	7	4	0
Penha	2	2	1	0	0
Porto Belo	2	2	1	0	0
Tijucas	14	2	4	0	1

FLORIANÓPOLIS

Trata-se da segunda região com maior número de MDIP. A proporção entre homicídios e MDIP manteve-se estável, em patamar elevado durante todo o período. O recorte racial das vítimas mostra maior sobrerepresentação de negros, estando inclusive com desproporção maior do que a média estadual. Em relação às tipologias, o tráfico, roubo e abordagens (muitas delas em regiões de morro), representam a maioria das ocorrências, em patamar maior do que no restante do estado.

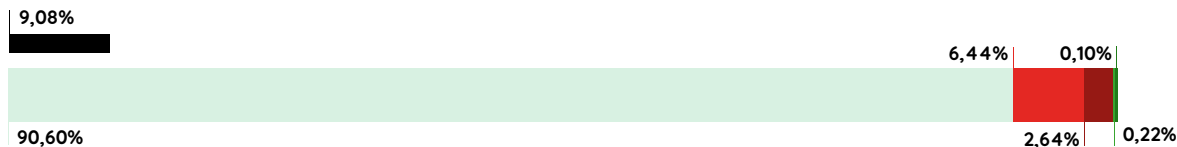
Florianópolis						
Ano	2018	2019	2020	2021	2022	Total
MDIP	30	18	16	19	15	98
Homicídios	184	131	130	105	98	648
Proporção MDIP/Homicídios	16,85%	12,98%	12,31%	18,10%	15,31%	15,11%

RAÇA - POPULAÇÃO/MDIP - FLORIANÓPOLIS⁸

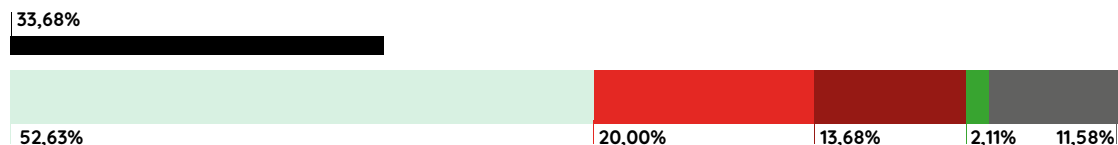
■ Branca
 ■ Parda
 ■ Preta
 ■ Amarela
 ■ Indígena
 ■ Não informada
 ■ Negra

A população negra se constitui da soma de pretos e pardos conforme estabelecido pelo IBGE.

PROPORÇÃO DE COR/RAÇA NA POPULAÇÃO DE FLORIANÓPOLIS



PORCENTAGEM DE MORTOS EM DECORRÊNCIA POR INTERVENÇÃO POLICIAL (MDIP) POR COR/RAÇA



MDIP - 2018-2022		
Tráfico	43	43,88%
Roubo	19	19,39%
Violência doméstica	1	1,02%
Busca - Foragido	2	2,04%
Abordagem	15	15,31%
Homicídios	0	0,00%
Cumprimento - Mandado	1	1,02%
Disparo de arma de fogo	0	0,00%
Facção	5	5,10%
Furto	3	3,06%
Cumprimento - Busca	0	0,00%
Latrocínio	0	0,00%
Briga	1	1,02%
Briga familiar	2	2,04%
Reação em roubo	0	0,00%
Patrulhamento	1	1,02%
Arma de fogo	2	2,04%
Sequestro	1	1,02%
Perturbação	2	2,04%
Total	98	100,00%

⁸ Dados populacionais de acordo com o Censo 2010 - IBGE.

MDIP por cidade - Regiões Geográficas Intermediárias - Divisão IBGE

Região Intermediária de Florianópolis

Ano	2018	2019	2020	2021	2022
Região Imediata de Florianópolis	30	18	16	19	15
Águas Mornas	0	0	0	0	0
Alfredo Wagner	0	0	0	0	0
Angelina	0	0	0	0	0
Anitápolis	0	0	0	0	1
Antônio Carlos	0	0	0	0	0
Biguaçu	1	0	1	0	1
Florianópolis	22	10	15	12	8
Garopaba	0	0	0	0	0
Governador Celso Ramos	0	0	0	0	0
Imbituba	0	0	0	2	0
Palhoça	3	2	0	1	1
Paulo Lopes	0	0	0	0	0
Rancho Queimado	0	0	0	0	0
Santo Amaro da Imperatriz	0	0	0	0	0
São Bonifácio	0	0	0	0	0
São José	4	5	0	4	4
São Pedro de Alcântara	0	1	0	0	0

BRUSQUE

Com exceção do ano de 2018, o número de MDIP de Brusque mostra certa proporcionalidade com os homicídios. No recorte racial das vítimas, a proporção de pessoas brancas é a mesma para a população geral do estado. Novamente, ocorrências envolvendo tráfico e abordagens no geral predominam.

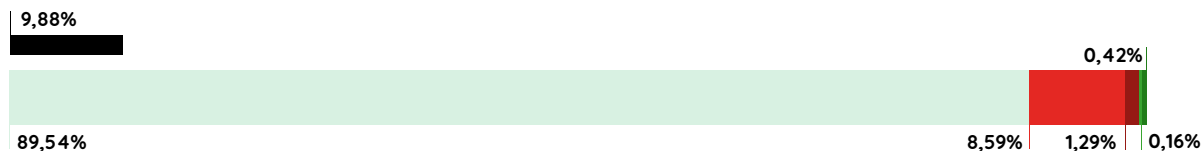
Brusque						
Ano	2018	2019	2020	2021	2022	Total
MDIP	6	2	2	0	1	11
Homicídios	11	12	9	9	10	51
Proporção MDIP/Homicídios	54,55%	16,67%	22,22%	0,00%	10,00%	20,69%

RAÇA - POPULAÇÃO/MDIP - BRUSQUE⁹

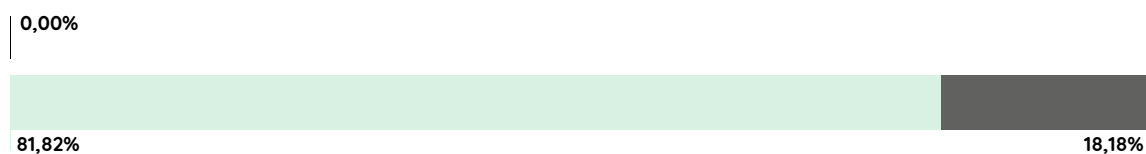
■ Branca
 ■ Parda
 ■ Preta
 ■ Amarela
 ■ Indígena
 ■ Não informada
 ■ Negra

A população negra se constitui da soma de pretos e pardos conforme estabelecido pelo IBGE.

PROPORÇÃO DE COR/RAÇA NA POPULAÇÃO DE BRUSQUE



PORCENTAGEM DE MORTOS EM DECORRÊNCIA POR INTERVENÇÃO POLICIAL (MDIP) POR COR/RAÇA



MDIP - 2018-2022		
Tráfico	3	27,27%
Roubo	1	9,09%
Violência doméstica	0	0,00%
Busca - Foragido	1	9,09%
Abordagem	3	27,27%
Homicídios	0	0,00%
Cumprimento - Mandado	1	9,09%
Disparo de arma de fogo	0	0,00%
Facção	1	9,09%
Furto	0	0,00%
Cumprimento - Busca	0	0,00%
Latrocínio	0	0,00%
Briga	0	0,00%
Briga familiar	1	9,09%
Total	11	100,00%

MDIP por cidade - Regiões Geográficas Intermediárias - Divisão IBGE

Região Intermediária de Brusque

Ano	2018	2019	2020	2021	2022
Região Imediata de Brusque	6	2	2	0	1
Botuverá	0	0	0	0	0
Brusque	3	2	1	0	0
Canelinha	0	0	0	0	0
Guabiruba	0	0	0	0	0
Major Gercino	0	0	0	0	0
Nova Trento	1	0	0	0	0
São João Batista	2	0	1	0	1

⁹ Dados populacionais de acordo com o Censo 2010 - IBGE.

BIBLIOGRAFIA

BUENO, Samira; MARQUES, David; PACHECO, Dennis. As mortes decorrentes de intervenção policial no Brasil em 2020. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. 2021. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/4-as-mortes-decorrentes-de-intervencao-policial-no-brasil-em-2020.pdf>>. Acesso em: 3 de novembro de 2021.

BUENO, Samira; MARQUES, David; PACHECO, Dennis. Letalidade policial cai, mas mortalidade de negros se acentua em 2021. FBSP. Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022. Disponível em: <<https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/07/05-anuario-2022-letalidade-policial-cai-mas-mortalidade-de-negros-se-acentua-em-2021.pdf>>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2023.

CANO, Ignácio e outros. Monitor of use of lethal force in Latin America and the Caribbean – Brazil, 2022. Disponível em: <<https://www.monitorfuerzaletal.com/Executive-Monitor-English.pdf>>. Acesso em: 16 de fevereiro de 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raça.html?=&t=resultados> . Acesso em 22 de fevereiro de 2023.

IDH, Corte. Sentença do Caso Favela Nova Brasília vs. Brasil, de 16 de fevereiro de 2017. Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_333_por.pdf>. Acesso em: 4 de novembro de 2021.

LOCHE, Adriana. A letalidade da ação policial: Parâmetros para análise. TOMO. Revista do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais/Universidade Federal de Sergipe, n.º 17, jul/dez – 2010. Disponível em: <<https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/507>>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2023.

RAMOS, Silva et al. Pele Alvo: a cor que a polícia apaga - Rio de Janeiro: CE-SeC, 2022. Acesso em 15/01/2023. Disponível em: <<https://cesecseguranca.com.br/wp-content/uploads/2022/11/Pele-alvo-2.pdf>>.

Segurança em Números. Colegiado Superior de Segurança Pública e Perícia Oficial. Disponível em: <<https://www.ssp.sc.gov.br/index.php/component/content/article/88-servicos/184-seguranca-em-numeros-2?Itemid=437>>. Acesso em: 22 de fevereiro de 2023.

UNITED NATIONS OFFICE ON CRIME AND DRUGS. Global Study on Homicide. Booklet II. Homicide: extent, patterns, trends and criminal justice response. Disponível em: <<https://www.unodc.org/unodc/en/data-and-analysis/global-study-on-homicide.html>>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2023.